



Mundos do trabalho e suas memórias: o patrimônio industrial como possibilidade de reelaboração da memória social da Região Metropolitana de Porto Alegre

Ana Maria Sosa González¹

Danielle Heberle Viegas²

Resumo: O texto se dedica a problematizar questões relativas aos espaços de trabalho na formação e institucionalização da Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA no que tange às possibilidades de reelaboração da memória social das ditas cidades metropolitanas a partir da incorporação do conceito de patrimônio industrial. Para isso, expõe como exemplo a trajetória FRIGOSUL, frigorífico localizado na cidade de Canoas/RS que esteve ativo durante mais de 50 anos, entre as décadas de 1930 e 1980. O artigo está dividido em três grandes partes: a primeira aborda a formação territorial e populacional da RMPA a partir de dinâmicas da industrialização. Agrega dados, ainda, sobre a institucionalização da RMPA e o reconhecimento de distritos industriais nas décadas de 1970 e 1980. Sequencialmente, enfatiza-se o caso específico do FRIGOSUL, narrando-se a história do frigorífico e as memórias associadas aos mundos do trabalho deste antigo local de produção a partir de depoimentos orais de ex-trabalhadores. Por fim, compartilha-se propostas no campo do patrimônio industrial como próprio fator de ressignificação da memória social da região, notoriamente marcada por nomenclaturas como a de *cidade-dormitório*, cujos laços tem sido reelaborados por meio de novos processos (i)migratórios na RMPA na atualidade.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Porto Alegre; Patrimônio Industrial; Memórias do Trabalho; FRIGOSUL.

Worlds of labor and their memories: the industrial heritage as a possibility of re-elaboration of the social memory about Porto Alegre Metropolitan Region

Abstract: This text aims to questioning issues related to the spaces of work in the formation and institutionalization of the Metropolitan Region of Porto Alegre/ RMPA regarding the possibilities of reworking the social memory of the so called metropolitan cities from the incorporation of the concept of industrial heritage. In order to do this, we set forth the example of FRIGOSUL, a fridge company located in the city of Canoas/RS, that had been active for more than 50 years, between the 1930s and 1980s. The article is divided in three main parts: the first one deals with territorial formation and population of RMPA from the dynamics of industrialization. It also adds data on the institutionalization of the RMPA and the recognition of industrial districts as early as the 1970s and 1980s. Sequentially, the specific case of FRIGOSUL is emphasized, narrating the history of the fridge company and the memories associated with the worlds of labor from this former production site according to oral testimony of former workers. Last but not least, proposals in the field of industrial heritage are shared as the very factor of (re) signification concerning social memory of the region, notoriously marked by nomenclatures such as the “dormitory-city”, whose ties have been reelaborated through new processes (i)migration in the RMPA at the present time.

Keywords: Porto Alegre Metropolitan Area; Industrial Heritage; Memories of Labor; FRIGOSUL.

Introdução

Notoriamente identificadas a partir de alcunhas tais como *cidades-dormitório*, *cidade-industrial* e

¹ Professora Programa de Pós-Graduação em Memória Social e do Curso de Graduação em História da Universidade La Salle.
E-mail: anasosagonzalez@gmail.com

² Professora Programa de Pós-Graduação em Memória Social e do Curso de Graduação em História da Universidade La Salle.
E-mail: danielle.viegas@hotmail.com

cidade-operárias, localidades associadas às regiões metropolitanas brasileiras costumam ser categorizadas por parcela da historiografia como aglomerações urbanas desprovidas de planejamento e cujos laços identitários pouco tem a revelar³. É oportuno registrar, nesses termos, a projeção de uma metamemória, qual seja, um conjunto de representações partilhadas socialmente sobre um determinado território (CANDAU, 2011) e a advertência de que: “os critérios do urbano dependem não só da política administrativa ou da prosperidade econômica, mas dos conceitos de apreensão do lugar por parte dos habitantes” (LEPETIT, 2001, p. 25)

Com efeito, pesquisas voltadas ao estudo da memória e da identidade da Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA, fundamentados a partir da metodologia da História Oral⁴, apontam que nomenclaturas tais como as de *cidade-dormitório*, *cidade-operária* e *cidade-industrial* são elementos marcantes nas narrativas orais dos moradores de alguns dos Municípios. Tais denominações estão igualmente presentes em estudos historiográficos significativos sobre a RMPA⁵. A historiadora Regina Weber destacou os usos políticos e identitários que revestem terminologias como as de *cidade-dormitório* e *cidade-operária*, afirmando que:

nos anos 80, algumas cidades da Região metropolitana de Porto Alegre são vistas ora como cidades-dormitório, ora como municípios que estão se industrializando e gerando empregos em virtude dos distritos industriais, construídos a partir da década de 1970. Intelectuais (urbanistas, economistas, sociólogos), administradores públicos, políticos e imprensa, seja influenciada por aqueles, seja elaborando suas próprias interpretações, veiculam imagens nem sempre convergentes a partir de ângulos específicos de análise (WEBER, 2004, p. 369).

Entre as diversas abordagens que relacionam migrações e trabalho em Porto Alegre e sua Região Metropolitana⁶, este texto se debruça sobre algumas possibilidades que essas temáticas, quando percebidas em cruzamento, oferecem no tange ao campo da memória social, enfatizando-se o caso do FRIGOSUL. Os chamados Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros instalaram-se na cidade de Canoas/RS na década de trinta do século XX e tornaram-se notórios no contexto de formação territorial e populacional da região. Para isso, duas pesquisas são consideradas a partir dos diálogos que travam quanto ao estudo da história e do planejamento da RMPA e ao reconhecimento de patrimônios industriais em cidades ditas metropolitanas⁷.

³ Sobre a RMPA, há o predomínio de estudos estatísticos e/ou econômicos (ALONSO, 2001) bem como abordagens voltados às formas de governança na região (CARRION, 1989; TATSCH, 1990; MARTINS, 1992).

⁴ Reporta-se aqui, especialmente, ao acervo de entrevistas orais do Projeto “Canoas – Para lembrar quem somos”, desenvolvido pela Universidade Lasalle em convênio com a Prefeitura Municipal de Canoas. O acervo encontra-se sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico La Salle (MAHLS). O Projeto iniciou em 1994 e, desde então, tem-se pesquisado a história dos bairros da cidade. As entrevistas encontram-se catalogadas e os colaboradores assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

⁵ Consultar, nesse sentido: GRAEBIN, Cleusa M. G.; PENNA, R.; SABALLA, V. A. De cidade dormitório a cidade industrial: memórias e imagens da urbanização de Canoas. In: III Simpósio Nacional de História Cultural. Florianópolis: ANPUH-SC/Clicdata Multimídia, 2006. p. 1-10. WEBER, Regina. Os rapazes da RS-030: jovens metropolitanos nos anos 80. Porto Alegre: UFRGS, 2004; WEBER, Regina. A região metropolitana e as cidades-operárias. In: GRIJÓ, Luís Alberto; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 369-393.

⁶ Ver, notoriamente: FORTES, Alexandre. Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, 2001.

⁷ As autoras desenvolvem as seguintes pesquisas junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle: “Memória, Identidade e Patrimônio Industrial: memórias dos lugares de produção de Porto Alegre e Região Metropolitana” (Profa. Dra. Ana María Sosa González) e “História e memória da RMPA: Instituições, profissionais e experiências de planejamento urbano em perspectiva transnacional (1970-1990)” (Profa. Dra. Danielle Heberle Viegas). Ambos os projetos incluem alunos bolsista de iniciação científica em pesquisas relacionadas.

A formação da Região Metropolitana de Porto Alegre: dinâmicas migratórias e industriais

A tendência de metropolização de Porto Alegre foi consolidada na metade do século XX, em consonância com medidas políticas desenvolvimentistas⁸, voltadas à industrialização nacional. Em termos territoriais, a Capital confirmou sua expansão em direção à zona norte com a inauguração da BR-116 (1938) e a Avenida Farrapos (1940), tendo por base elementos históricos expressivos como a ferrovia entre que a ligava a São Leopoldo (1874). Nesses termos:

Embora não seja possível perceber a existência do fenômeno metropolitano nos anos 1940, é crível afirmar, entretanto, que alguns movimentos essenciais à metropolização já se faziam sentir, como o aumento da concentração territorial das atividades industriais e dos serviços e também da população urbana. (ALONSO, 2008, p. 7)

Foi nessa época que se constatou um aumento da concentração do setor industrial no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, o que atraiu grande fluxo de população de outras regiões do Estado (SOUZA, 1997, pp. 45-47). As mudanças no território foram sustentadas por mudanças nas atividades econômicas, visto que até os anos de 1970, as trocas comerciais desenvolvidas na Região Sul do Brasil estavam vinculadas à produção primária, especialmente de produtos da agricultura e pecuária. Com efeito, a indústria gaúcha, entre 1940 e 1960, ficou à margem da grande produção industrial de bens duráveis, continuando o predomínio dos estabelecimentos ligados à transformação dos produtos agropecuários, tendo sido os frigoríficos monopolizados por empresas estrangeiras.

Esse quadro irá mudar parcialmente a partir da década de 1970, quando o Rio Grande do Sul ingressou em um intenso processo de industrialização em diferentes segmentos, para logo se tornar o segundo polo industrial do Brasil, tendo como espaço deste desenvolvimento a RMPA. Destaque especial tiveram a indústria têxtil, de calçado e de produtos químicos, além do setor metalúrgico. O desenvolvimento industrial aumentou, ampliando as redes de comunicação.

Nesse contexto, as cidades da RMPA passaram a albergar a grande massa de trabalhadores do meio rural expulsos pelas questões jurídicas de posse da terra e pela mecanização e modernização das atividades do agronegócio que passou a necessitar de um menor número de mão de obra. Tais deslocamentos migratórios⁹ não foram marcados exclusivamente por movimentos intermunicipais. Trataram-se, antes, de migrações múltiplas, que incluem trabalhadores saídos da zona rural e também estrangeiros, notadamente europeus, em fuga do cenário ocasionado pela Segunda Guerra Mundial. O elo em comum foi a conquista de uma nova terra que os acolhesse com paz, prosperidade e trabalho:

⁸ Para Bielchowsky (1988), tal política é um dos pilares do interesse nacional brasileiro ao longo do século XX. O autor esclarece o desenvolvimentismo, sobretudo, como um projeto ideológico pontuado por características precisas, tais como: a) a industrialização integral é a vida de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (1988, p.7)

⁹ Importante é traçar um comparativo entre o panorama de migrações internacionais para o Estado na década de 1950, com o do século XIX, pois no momento mais recente, as imigrações foram dirigidas para centros urbanos, diferentemente do período oitocentista, em que os imigrantes se estabeleciam ainda em áreas rurais (SOARES, op. cit., p. 299).

A década de 50 caracterizou-se por uma migração estrangeira aos principais centros urbanos do Estado, especialmente sírio-libaneses, árabes, portugueses, alemães, italianos, espanhóis entre outros que se dedicaram a atividades comerciais e de serviços, integrando-se e favorecendo a economia urbana de muitas cidades. (SOARES, 2007, p. 307)

Em sua designação original, a RMPA envolvia os seguintes Municípios, além da Capital: Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Estância Velha, Gravataí, Cachoerinha, Alvorada e Viamão. Sua institucionalização ocorreu no ano de 1973¹⁰ e consolidou o processo histórico de formação do tecido urbano baseado na importância e no desenvolvimento da industrialização como geradora de crescimento econômico e populacional. Essas mudanças, promovidas durante o regime Militar combinaram, na opinião de Monteiro, a ideologia modernizadora com a conservadora da ditadura (2004, p. 90). Esse ideal de industrialização possui respaldo histórico, visto os projetos de urbanistas para a zona norte da Capital na década de 1940 (MIRANDA, 2013), por sua vez sustentado por práticas de tradição industrial no eixo entre a Capital e o Vale do Rio dos Sinos desde o século XIX.

Em nível nacional, destaca-se a criação do Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo/SERPFAU (1964) e da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana/CNPU (1974). Já em nível estadual, surgiram o Conselho Metropolitano dos Municípios (CMM), instituído em 1970 juntamente com o Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM).

O tecnoburocratismo desenvolvimentista, uma vez alicerçado, irá traçar “(...) *instrumentos institucionais necessários para o enfrentamento dos problemas habitacional e urbano, equacionados principalmente através do binômio industrialização e planejamento*” (BONDUKI; KOURY, 2007, p. 14). Nesses termos, as diretrizes espaciais da RMPA foram representadas pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM), documento que expõe o planejamento de grandes áreas habitacionais e distritos industriais nos municípios da RMPA¹¹. Em linhas gerais, tratou-se de um planejamento global concebido sobre a RMPA em relação a seus diversos aspectos. Foi lançado em 1973 a partir de publicações basilares¹², seguidas de diversos planos setoriais, cada qual dedicado a uma dimensão da infraestrutura urbana, tais como: indústria, transporte, mobilidade, habitação, áreas rurais, educação etc.

O PDM foi fruto de um projeto de cooperação técnica binacional, travado entre Brasil e República Federal da Alemanha, em 1963. O seu quinto ajuste complementar foi assinado em 1971 e trata da cooperação estabilizada com vistas ao planejamento da RMPA, motivo que assegurou a vinda de diversos profissionais estrangeiros ao Rio Grande do Sul, além de equipamentos e recursos financeiros.

Os experts alemães que aqui chegaram, compuseram um até então inédito modelo de coordenação mista de trabalho, em associação com os técnicos brasileiros selecionados para o projeto. Nesses termos, a RMPA passou a fazer parte de uma rota internacional de circulação de saberes e práticas ligadas ao que se convencionou chamar de “planejamento do Terceiro Mundo” que envolveu diversos setores, incluindo o meio urbano. (VIEGAS, 2016, p. 21)

¹⁰ Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973: criação oficial das primeiras regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

¹¹ Os autores destacam os aspectos que contribuem para a formação de conjuntos habitacionais em torno aos distritos industriais da RMPA, identificando, por exemplo, para o caso de Morado do Vale I “variáveis que qualificam o espaço urbano gerando uma identidade espacial para os usuários. Hierarquia viária, cruzamentos, elementos marcantes, limites e bairros”. Essas variáveis e suas inter-relações “produzem uma boa imagem urbana através da diversidade de usos, fluxos e morfologias resultantes” (ALMEIDA & MOG, 2013).

¹² GERM. Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Tomos I, II, III. Porto Alegre: Ed. A4, 1973; GERM. Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Sinopse. Porto Alegre: Ed. A4, 1973.

O novo meio urbano construído a partir de preceitos desenvolvimentistas foi marcado, enquanto fenômeno, por características como as reformas nas grandes capitais, a crescente verticalização, a ocupação periférica, o rodoviarismo e uma crescente mobilidade territorial e populacional, não obstante as transformações no campo técnico e acadêmico. Não por acaso, em 1980 a maioria da população (51,5%) passou a ser urbana, contrastando com os 16% que declarou que morava em cidades, em 1940 (FAUSTO, 1998, p. 534). Nesses anos, Porto Alegre tornou-se entre as 9 capitais do Estado com mais de um milhão de habitantes, crescimento semelhante que vieram a alcançar as cidades da região metropolitana.

Mas ocorreu que, já no final da década de 1980 e início dos anos de 1990 mudanças significativas ocorreram, tendo o parque industrial da Região Nordeste quase superado aquele outrora formado na RMPA. De fato, no primeiro momento, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980 e cuja expansão metropolitana produziu o “*transbordamento da mancha urbana e pelo deslocamento da indústria*”, seguiu-se um outro momento, a partir de 2000, onde “*a desconcentração também ocorreu no setor de serviços, com alguns centros urbanos se convertendo em importantes polos de atividades terciárias*” (FEDOZZI; SOARES, 2015, p. 357)¹³.

Assim, nos últimos 30 anos, Porto Alegre e a RMPA sofreram importantes mudanças econômicas que repercutiram na sua reestruturação interna e na sua reconfiguração urbano-regional, marcado por um processo de “*desconcentração metropolitana*” e uma tendência à “*policentralidade metropolitana*” com o crescimento do comércio e dos serviços. Isso ocorreu não só na capital, como em outros municípios (especialmente os mais populosos e de economia mais dinâmica).

Nesse contexto, nos anos 1990 novos câmbios no âmbito regional aconteceram com a criação do MERCOSUL. Essa integração regional não trouxe as mudanças econômicas desejadas. Foi também o período marcado por uma política neoliberal que se caracterizou por um aumento do desemprego, da violência, de uma acentuada desigualdade social e da diminuição do padrão de vida e de consumo.

Entre 1990 e 2000 a capital gaúcha experimentou um declínio na concentração de atividades industriais em relação às outras economias. As indústrias que haviam saído do centro no período anterior para se localizarem próximo às estações de trem da zona norte da cidade, com o sistema rodoviário começaram a se deslocar para a eixo Leste-Oeste da região metropolitana. Com remodelações de acesso para São Paulo, por meio da BR-101 (que conecta esta estrada com Porto Alegre), começou a surgir a instalação das novas indústrias junto às cidades de Gravataí e Cachoeirinha. Diversas indústrias mudaram-se para o interior do Estado e para a periferia da Região Metropolitana, que começou a experimentar uma desconcentração industrial. Nessa direção, é importante destacar que, a respeito do conceito de desindustrialização, que:

(...) o mesmo é compatível com um crescimento (expressivo) da produção da indústria em termos físicos. Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ ou de valor adicionado para uma determinada economia. (OREIRA E FEIJÓ, 2010, p. 221)

¹³ Segundo os autores, “essa mudança tem a ver com a alteração do perfil da própria economia da metrópole, que se caracteriza por um incremento da participação dos serviços no Produto Interno Bruto (PIB). Em 1980 o setor industrial compreendia um terço da economia metropolitana, enquanto que os serviços compunham quase dois terços (65,90%) do PIB. As atividades agrárias, apesar de importantes socialmente, não representavam e ainda não representam parcela significativa do PIB da RMPA. No início dos anos 1990 o setor industrial chegou ao seu auge na economia metropolitana, incluindo a capital” (FEDOZZI; SOARES, 2015, p. 347).

Com esse deslocamento da atividade industrial para fora dos limites metropolitanos, são gerados empregos que beneficiam o entorno da RMPA e outras aglomerações urbano-industriais do Estado (Caxias do Sul e Serra Gaúcha, Lajeado-Estrela, Santa Cruz do Sul). Por outra parte:

O setor industrial da RMPA acompanhou nos anos 2000 os padrões de produção desencadeados pela automação e flexibilização dos processos de trabalho que na década de 1990 foram incorporados à economia brasileira. Esse conjunto de mudanças foi acompanhado por um intenso processo de inclusão de novas tecnologias da informação no setor produtivo industrial, mas também no financeiro, no comércio e nos serviços (FEDOZZI; SOARES, 2015, p. 350)¹⁴.

No meio dessas dinâmicas econômico-sociais relatadas quanto às transformações da RMPA nos últimos 40 anos, antigas estruturas industriais deixaram de funcionar como tais, tendo sido abandonadas ou reativadas (nem sempre recuperadas) com outras lógicas. Existe, entretanto, uma arquitetura industrial que por vezes tem sido ignorada, transformada em monumentos invisíveis, testemunhos edificadas de processos produtivos ultrapassados e nostálgicos, onde as memórias do trabalho e das experiências e trocas humanas que ali aconteceram também se manifestam. Esse é um tema que pode ser problematizado a partir do caso FRIGOSUL, estabelecimento que experenciou os efeitos da desindustrialização da RMPA, enfatizado a seguir.

Antigos locais de produção na RMPA: memórias do trabalho no FRIGOSUL

Os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros encontram a sua origem ainda em 1908, quando inaugurados como um entreposto comercial pela família Oderich, que já comandava negócios voltados à conservação de banha em São Sebastião do Caí, desde o século XIX (MAUCH, VASCONCELOS, 1994, p. 202). Já na década de 1930, mais precisamente em 1936, os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros foram criados oficialmente, como um desdobramento da Sociedade da Banha Sul Rio-Grandense Ltda. O *Correio do Povo* do mês de julho daquele ano noticiou: “a nova organização, que se ocupará da completa industrialização do suíno e seus derivados, será dirigida pela antiga firma industrial Carlos H. Oderich & Cia.”¹⁵

Na ocasião, os Frigoríficos ganharam um novo cenário: a então incipiente Vila Rio Branco, localizada na cidade de Canoas/RS, em terreno muito próximo ao Rio Gravataí. Em 1938 os Frigoríficos passaram ao comando do Estado, que desejava produzir a sua própria carne com o objetivo de cessar o monopólio dos frigoríficos estrangeiros; a empresa fora inaugurada com grande solenidade, enfim, em 1939, na presença do próprio Getúlio Vargas, Presidente da República na época.

A medida de produzir a própria carne ia ao encontro da peculiaridade regional desenhada no Rio

¹⁴ Os autores esclarecem que a RMPA continuou a atrair investimentos industriais, mas estes novos empreendimentos trouxeram consigo novas formas de organização da produção (mais flexíveis), novas relações de trabalho, acompanhado de um forte conteúdo tecnológico das plantas industriais que reduz a força de trabalho empregada no setor industrial, citando como exemplos deste fenômeno: o Complexo Industrial Automotivo da General Motors em Gravataí, a planta de produção de tratores da John Deere em Montenegro e a fábrica da AMBEV em Águas Claras (Viamão). Junto a estas novas indústrias, surgem “novos espaços industriais” vinculados à nova economia informacional, cujo exemplo são a fábrica da Dell Computadores instalada em Eldorado do Sul e os diversos “parques tecnológicos” instalados na Região Metropolitana, ligados a universidades (TECNOPUC, CEITEC, TECNOSINOS, VALETEC e HAMBURGTEC). Esta nova economia informacional representa um novo tipo de espaço industrial, onde se desenvolvem novos tipos de relações de trabalho e diferentes impactos sobre o território metropolitano, o qual se insere nos circuitos da economia global (FEDOZZI; SOARES, p. 350).

¹⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 jul. 1936.

Grande de Sul durante o período do Estado Novo, ligada mais à defesa de produtos agropecuários do que propriamente ao fomento de um rumo industrializante para o Estado¹⁶. A historiadora Sandra Pesavento esclarece que a questão já vinha sendo trabalhada desde a década de 1920 através da criação de sindicatos que contavam, inclusive, com o apoio do Governo Estadual. Segundo a historiadora:

Argumentava a Sociedade da Banha que o novo estabelecimento seria aproveitado, em primeiro lugar, pelo suinocultor, que teria a certeza de ter seu produto sempre vendido a preços remunerados. Lucraria também a economia gaúcha como um todo, pois o novo estabelecimento incrementaria as exportações do Estado. (PESAVENTO, 1983, p. 11)

Não se tratava, portanto, de somente estabelecer concorrência com os frigoríficos estrangeiros, mas sim de conceber uma empresa que padronizasse e que congregasse a produção de banha e carne em larga escala, simbolizando o processo de transição da monocultura para a indústria da banha no Rio Grande do Sul. A instituição tinha o seu nome grafado no plural, não por acaso, já que os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros passaram a abarcar também os estabelecimentos já existentes, com matadouros anexos em Santo Ângelo, Monte Vêneto, Nova Bassano, Caxias, Tubarão (SC), Ijuí, Carazinho, Erechim, Viadutos, Passo Fundo e Guaporé¹⁷.

Já na década de 1950, a nomenclatura da instituição foi modificada, passando a razão social a ser chamada “Frigorífico Sul Rio-Grandense S.A.”, trocando-se também os acionistas. Em 1973, após sucessivas crises relacionadas ao mercado externo, o tradicional frigorífico foi vendido para a Languirú, cooperativa que administrou a indústria por menos de uma década, até julho 1982, quando foi oficialmente decretada a falência.

Na pesquisa realizada no projeto “Canoas para lembrar quem somos: Bairro Rio Branco” (PENNA, 2004), assim como a que está sendo desenvolvida atualmente, é possível perceber a persistência e importância das memórias vinculadas a esse estabelecimento e o interesse de alguns membros da comunidade local de gerar um espaço para dar difusão a aquela experiência de trabalho. Ante a ausência e descaracterização no presente de edificações que outrora foram o símbolo do desenvolvimento da zona norte de Porto Alegre e sua região metropolitana, a reconstrução da história da empresa a partir da história oral e dos poucos vestígios documentais com os que se conta parece ser a única possibilidade para isso.

O universo de entrevistados de ambas as pesquisas aqui consideradas é formado, basicamente, por migrantes. Nesse sentido, entre outras relações sociais reproduzidas a partir de um processo de industrialização, assinala-se aqui a problemática das migrações. Um empreendimento como os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros, que pretendia dar conta da produção de variada gama de produtos, tais como conservas, enlatados, presuntos, toucinho, carnes salgadas e congeladas, farinhas de carne, ossos e sangue, além da conceituada banha Aliança (PESAVENTO, 1983, p. 111), necessitou, no auge de sua produção, de um grande contingente de mão-de-obra.

Em Canoas, no final da década de 1930, quem iria prover a demanda de trabalho necessária ao funcionamento de uma indústria que pretendia abater diariamente até mil cabeças de gado? Leonid Cvirkum, ao recompor a trajetória de sua família, indica possibilidades:

¹⁶ Consultar: CAMARGO, Dilan D'Ornellas. Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – o Conselho Administrativo do Estado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, UFRGS, 1983, p. 191.

¹⁷ Correio do Povo, Porto Alegre, 05 jul. 1936.

Meu pai e minha mãe conseguiram emprego no Frigosul. Foram trabalhar nas câmaras frias. O Frigosul aceitava estrangeiros nesta função, pois era difícil de ser preenchida devido às condições de temperatura. Como os recém-chegados topavam qualquer parada, lá foram os meus pais e ficaram satisfeitos.¹⁸

Representantes do caso de formação de redes por outros meios, senão o trabalho, foi a família citada de Leonid Cvirikum, cujos pais se estabeleceram em *Nictheroy*, embora trabalhassem nos Frigoríficos da *Villa Rio Branco*. A escolha dos Cvirikum de se estabelecer em *Nictheroy* esteve pautada pela grande presença de ucranianos na região, formalizada em 1949 com a construção de uma igreja ortodoxa no Bairro. Assim como os estrangeiros, também os brasileiros formavam redes de cooperação. Esse é o caso da família Mallmann Vargas, caso no qual pai e filho trabalharam no FRIGOSUL:

Nós nos mudamos de rio pardo para canoas e aí ele estava trabalhando no Frigosul, quando nós nos mudamos para Canoas, eu vim de Rio Pardo e ele trabalha em outro frigorífico e daí deu continuidade trabalhando no Frigosul até ele se aposentar [...]¹⁹

Neste sentido, um olhar direcionado sobre a mobilidade populacional na zona norte de Porto Alegre, em confluência com a cidade de Canoas, proporciona alguns avanços sobre os estudos das migrações ocorridas no loteamento *Rio Branco*, para além da ideia de fronteiras estanques entre territórios do distrito. Paulo relata ainda que:

Eu gostava de ver quando aquelas pessoas saíam todas juntas do trabalho e tal, conversando, tudo de branco e no outro dia retornando e convivendo com aquelas pessoas, de vários tipos de pessoas diferentes e isso aí me chamava atenção.²⁰

A relação entre o FRIGOSUL e os migrantes não se estanca nessa questão. Além de estrangeiros, outro grupo, em especial, era priorizado para trabalhar no Frigorífico: migrantes provenientes da Fronteira rio-grandense, oriundos de Municípios, tais como Livramento e Lagoa Vermelha, devido à sua experiência de trabalho em frigoríficos daquela região (PENNA, 2004, p. 19)²¹. Entre os benefícios, estavam os enumerados por Telmo Antônio da Silveira:

Olha, eu achei que o salário era razoável, nós tínhamos também benefícios, tinha uns dias da semana que tinha uma carne diferenciada para nós, para os funcionários, e eu gostava mesmo era da sexta-feira, é semanal.²²

A despeito de seu passado como sede industrial de grande porte, partes significativas do estabelecimento foram implodidas no ano 2000, ficando apenas resquícios do antigo abatedouro e da sala da gerência. A edificação era tão extensa, que alguns dos pavilhões tornaram-se propriedade de outras empresas instaladas no antigo FRIGOSUL nos anos 2000. A respeito da implosão do frigorífico, Telmo compartilhou lembranças, comovido:

Como ele estava falando, quando foi feita a implosão a gente foi assistir e outras não, não tiveram a coragem, pelo significado, o que representava aquela empresa para o bairro, que naquele dia gerou muita comoção nas pessoas que ficaram, assim muita gente chorou na beira daquela grande empresa que representou aquela comunidade.²³

¹⁸ Entrevista ao Projeto Canoas: para lembrar quem somos. Acervo disponível no MAHLS.

¹⁹ Entrevista de Paulo Ricardo Mallmann Vargas concedida a Ana Maria Sosa González no dia 29/4/2017.

²⁰ Idem.

²¹ Esse fato foi amplamente reiterado nas novas entrevistas realizadas no mencionado projeto “Memória, Identidade e Patrimônio Industrial: memórias dos lugares de produção de Porto Alegre e Região Metropolitana” e, dentro dele, o estudo do FRIGOSUL a partir das narrativas de ex-trabalhadores e vizinhos do bairro.

²² Entrevista de Telmo Antônio Silveira concedida a Ana Ma. Sosa González no dia 29/4/2017.

²³ Idem.

Em outras situações, a antiga arquitetura de estabelecimentos fabris, pela lógica do patrimônio industrial, vem suscitando inúmeras ações, sejam de ordem patrimonial, urbanística ou econômica. São vários os exemplos de prédios industriais sobre os quais se fez incidir práticas de musealização; vários os exemplos de revitalização de regiões industriais abandonadas e inúmeros os efeitos dessas intervenções na economia local, sendo o turismo um elemento que se desenvolve cada vez mais como decorrência de processos de patrimonialização.

Tal é o caso da recente inclusão, em julho de 2015, da Paisagem Cultural Industrial Fray Bentos, localizado no Uruguai, na Lista Mundial da UNESCO (SOSA GONZÁLEZ, 2013). O ex-frigorífico “Anglo” de Fray Bentos passou a ser referência para estudos do patrimônio industrial da região sendo o primeiro patrimônio da indústria da carne a ser incluído na lista mundial.²⁴

Este, no entanto, não foi o destino do FRIGOSUL. O fato de grande parte do local ter sido demolida e outra descaracterizada e refuncionalizada para as novas necessidades das empresas que adquiriram alguns dos edifícios que conformaram a estrutura original do ex-frigorífico é um fator que impede qualquer processo de patrimonialização. Não obstante, esses lugares de produção estão presentes nas lembranças de ex-trabalhadores e vizinhos do bairro, assim como em diferentes registros documentais que se teve acesso. Conforme Paulo rememorou:

O meu pai, porque existia todo um vínculo então o que que aconteceu, quando foram fazer a implosão do frigorífico ele foi lá assistir e foi minha irmã junto para assistir a implosão e eles se não me engano se emocionaram, porque ele tinha trabalhado muito tempo ali e ver aquela estrutura toda e o que representava desabafar foi chocante para ele, então, mas ele aceitou, ele está aposentado mas é uma coisa que tu se apega em determinados locais e imóveis que tu te apega e de alguma maneira ele sentiu.²⁵

Esses lugares sobrevivem nas memórias das pessoas que ali trabalharam. Por esse motivo acredita-se que é possível refletir sobre os mundos do trabalho na RMPA, recompondo esses espaços por meio de testemunhos “vivos”. Neste sentido, esses lugares onde se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de diferentes perspectivas de futuro no dizer de Koselleck (2009) podem ser analisados desde uma perspectiva da memória e da história que se constrói a partir das falas.

Ao trabalhar com as narrativas de ex-trabalhadores do FRIGOSUL, é possível compreender essas transformações do mundo do trabalho e, assim, a maneira em que os lugares de produção deixaram de funcionar como tais. Na medida que essas narrativas são tidas em conta, é possível ressignificar esses vestígios como parte do patrimônio da comunidade e, por conseguinte, como memória coletiva local, que poderá ser reapropriada pelos moradores do bairro.

Essas memórias compartilhadas, quando comparadas com os processos de industrialização e urbanização da RMPA, contribuem à compreensão do patrimônio, como herança cultural e valor que os moradores de este bairro assim como de outros nos quais aconteceram fenômenos semelhantes na RMPA poderão dar uma vez que são chamados a narrar suas experiências do trabalho em aqueles lugares.

²⁴ Mais detalhes ao respeito podem ser acessados em: UNESCO NOMINATION DOSSIER. Cultural Industrial Landscape Fray Bentos. Montevideo: Ed. Mosca Hnos., 2014.

²⁵ Entrevista de Paulo Ricardo Mallmann Vargas concedida a Ana Maria Sosa González no dia 29/4/2017.

Memória e patrimônio industrial: possibilidades de resignificação dos espaços de produção na RMPA

“A noção de patrimônio industrial remete a ideia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória” (FERREIRA, 2009, p. 22). O conceito de patrimônio tem sofrido alterações na medida em que foi se ampliando e se tornando cada vez mais complexo e abrangente. Novos estudos sobre a memória coletiva ou social, os processos de reivindicação memorial e patrimonial, junto às políticas públicas de memória e patrimônio têm apresentado recentemente novos enfoques que obrigam a ler esses conceitos como desdobramento das práticas sociais e culturais de uma sociedade:

Em muitos casos esses espaços adquirem outros significados, a eles são outorgados outros sentidos, deslocando-os daqueles que estão em sua origem. Inseridos em outra ordem, a da memória, e outra estética, a do patrimônio, lugares de trabalho e produção passam, então, a fazer parte de roteiros culturais e de entretenimento, de espaços de exposição, entre outros. (FERREIRA, 2009, p. 22)

O campo do patrimônio assim como o da memória tem se mostrado cada vez mais amplo e interdisciplinar, ao mesmo tempo, mostram-se como categorias transversais que podem ser analisadas por meio das especificidades das diferentes áreas do conhecimento. De uma visão objetualista²⁶, que valorizava os grandes monumentos e “obras de arte” (arquitetônicas, pictóricas e escultóricas principalmente), o chamado período de “pedra e cal” para o caso brasileiro, foram sendo agregados “outros patrimônios”: os lugares, as cidades históricas, a paisagem (natural e cultural), às práticas culturais, às tradições, saberes, fazeres, etc., o que foi denominado como “patrimônio imaterial” ou intangível; mas também os vestígios e testemunhos de processos produtivos, ou seja o chamado patrimônio industrial. Entretanto, há que se notar o quanto essas categorias não podem ser aplicadas de maneira estanque, pois se entrecruzam, e compõem quadros amplos e complexos da história humana.

As transformações que se deram no que se entendia como patrimônio no âmbito mundial também ocorreram no Brasil. A modificação de concepções de valor arquitetônico para valor histórico se configurou principalmente nos anos 1970 e 1980, no momento em que o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) adotou essas novas concepções que passaram a contribuir à ampliação e à construção de novas práticas preservacionistas do patrimônio cultural (FONSECA, 2009). Para a autora, duas mudanças foram fundamentais: a concepção de valor artístico foi ampliada e incluiu estilos mais recentes; e a atribuição de valor histórico absorveu as discussões trazidas pelo movimento da Nova História. Deste momento em diante valorizaram-se os testemunhos de ocupação do território, evolução de cidades, trajetória de grupos étnicos, história das ciências e tecnologia no Brasil, entre outros. Estabeleceu-se então um dilema entre a visibilidade do bem e suas questões estéticas e estilísticas com a leitura dos monumentos enquanto documentos.

A partir da década de 1970, e diante da crise econômica e política do período final da ditadura militar, a pressão da sociedade civil forçou o regime a se modernizar para manter-se e “em nível do Estado, criaram-se espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes, ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes” (FALCÃO, 2004, p. 31). Nesse contexto passou a operar o Centro Nacional

²⁶ No sentido de ser uma visão voltada para a materialidade do objeto patrimonializado.

de Referências Culturais – CNRC (1975) e, logo após, a Fundação Nacional pró-Memória - FNpM (1979)²⁷. A nova política federal para preservação do patrimônio histórico e artístico adotou aportes da antropologia cultural, e renovou-se, ampliando a noção de patrimônio, incorporando bens não-consagrados pela prática preservacionista da geração anterior. A formulação da ideia de *bem cultural* e sua busca por *referências* culturais geraram programas para reconhecimento do grau de desenvolvimento das culturas e para apoio em sua continuidade e reprodução com viés econômico. A utilização do termo memória na designação do novo órgão demonstrava a intenção em tratar o patrimônio não como algo morto, mas em processo, que precisa ser mobilizado e devolvido à sociedade.

Nesse contexto, a denominação “novos patrimônios” se referiam a bens que exigiam novos tipos de valoração, de compreensão sobre sua realidade e de novas justificativas para que compusessem o panteão referencial da cultura brasileira. Dessa forma, os novos patrimônios revelaram certa exaustão do repertório clássico das formas de proteção adotadas pelo IPHAN através da atuação dos modernistas desde a década de 1930 (FONSECA, 2009; CHUVA, 2003).

Dentre os tipos de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, o IPHAN desenvolveu e criou certa prática sobre bens de natureza material através do instrumento do tombamento; de registro para os bens imateriais; o cadastro para os bens arqueológicos; e a chancela para a paisagem cultural. Afora o tombamento, as novas práticas de proteção exigiram um correlato conceitual que auxiliasse a valoração desses novos patrimônios, diferentes daqueles aos quais o instituto estava acostumado e para os quais possuía um quadro referencial valorativo assentado. O patrimônio industrial, o patrimônio cultural ferroviário e as memórias a eles vinculados são exemplos das novas concepções do momento.

No caso brasileiro, se existiu um momento “modernista” de atuação no órgão durante a gestão de Rodrigo Melo Franco e que tipificou uma prática e um tipo de patrimônio protegido, houve outro momento “antropológico” durante a gestão de Aloisio Magalhães que expandiu o horizonte sobre o entendimento de cultura e processo cultural e desenvolveu programas que visavam garantir sua continuidade. A partir disso se aprofundaram a expansão do conceito de patrimônio cultural e o aumento dos bens protegidos pela instituição.

Mas diante disto, que significa então patrimônio industrial? De que forma as estruturas fabris ou produtivas, os objetos do trabalho, as maquinarias, e as memórias que expressam a atividade humana nesses lugares tornaram-se patrimônio? Por que esses lugares podem ser considerados “lugares de memória” no sentido atribuído por Pierre Nora? Na definição do autor (1984) tais lugares, referem tanto aos objetos

²⁷ Em 1979, o IPHAN fundiu-se com o Centro Nacional de Referência Cultural (criado em 1975) e com o Programa das Cidades Históricas (criado em 1973). Nesse mesmo ano foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM, sendo o Instituto do Patrimônio transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os negócios relativos ao patrimônio cultural nacional ficaram a cargo das duas instituições: SPHAN e Fundação Pró-Memória; a primeira mantendo o poder de polícia e o foro privilegiado; a segunda com maior liberdade para a captação de recursos. Entre 1979 e 1982, o presidente da FNpM e secretário da SPHAN (até esta tornar-se subsecretaria, com a criação da Secretaria de Cultura em 1981) foi Aloisio Magalhães. Sob sua gestão renovaram-se as concepções sobre cultura e patrimônio, com ênfase no viés antropológico e com novos aportes conceituais em novo contexto histórico: a fase de reabertura democrática (pós-ditadura militar) e de retorno dos direitos civis. Basicamente, e de grande valor para o entendimento deste momento, é a ênfase dada por Aloisio à busca por indicadores culturais para se elaborar um modelo de desenvolvimento apropriado à nação e à necessidade de juntar a área cultural a outros setores do governo. Cf.: THOMPSON, 2010; FONSECA, 2009.

quanto aos espaços (sejam estes naturais ou artificiais) lugares materiais, simbólicos e funcionais. Considerando estes atributos expostos por Nora, pode-se dizer que para o caso dos antigos lugares do trabalho tratam-se de:

Lugares que se instauram quando já não há mais o referente; o que no caso do patrimônio industrial, o lugar surgiria quando os métodos tradicionais de trabalho industrial foram sendo substituídos no decurso do século XX pelo desenvolvimento de novas tecnologias que deixam obsoletos prédios, maquinários e até práticas de produção a elas associadas que passam agora a ser formas e processos de produção industrial remanescentes, em sua maior parte, de tecnologias surgidas no século XIX ou nas primeiras décadas do século XX. (FERREIRA, 2009, p. 23)

Nesse contexto se produz uma rápida substituição dos processos produtivos e tecnológicos por outros que possam dar conta de um mundo em constante mutação. Por isso que muitos estabelecimentos e processos industriais foram destruídos ou simplesmente substituídos. Foi então que a grande chaminé foi se transformando, de símbolo de trabalho e produção, para vestígio de antigas fábricas.

Observa-se que esses testemunhos de tecnologias e formas produtivas já superadas foram sendo inscritos no que se define como herança, e então se fez necessário sua salvaguarda, conservação e definição de formas de permanência daquilo que se transformou em patrimônio industrial. Trabalhar com os aspectos intangíveis desse processo, ou seja, as narrativas de operários que ainda guardam memórias fortes daquele momento tem sido a estratégia utilizada para o caso da pesquisa no FRIGOSUL.

Buscou-se indagar sobre quais valores são atribuídos a esses vestígios materiais por parte daqueles que trabalharam no ex-frigorífico durante uma parte importante de suas vidas; e junto a isto conseguiu-se compreender de que forma essas memórias do trabalho constituíram uma identidade, não só de quem teve uma experiência diretamente vinculada a esse passado industrial, mas também no imaginário da população que hoje habita o entorno do bairro. Mas viu-se que nem todos esses moradores atuais conhecem o passado do bairro, muitos não criaram um sentimento de pertença com aquele passado, daí a dificuldade em achar depoentes que consigam reestabelecer essas conexões entre passado, memória coletiva e valorização de esse lugar de produção.

Observou-se, igualmente, que não existe na população uma valorização patrimonial dos espaços produtivos de outrora, posto que várias pessoas que moram perto do estabelecimento não conhecem o que ocorreu nas décadas anteriores. Mesmo assim, através das entrevistas realizadas recentemente com ex-trabalhadores do FRIGOSUL, o fato de gerar um espaço de escuta, uma possibilidade de contar “suas histórias”, “despertaram” em eles interesses inesperados. O grupo de entrevistados que ainda mora no bairro e outros que se mudaram há tempo prestaram seus depoimentos quando convocados, demonstrando com isto as possibilidades de ressignificação daquele espaço pela via do intangível e das lembranças fragmentadas que passam se unem ao ser reconstruídas.

Considerações finais

Por meio das reflexões apresentadas em que se tomou como exemplo o caso do FRIGOSUL, foi possível identificar e analisar os remanescentes dessa importante atividade industrial no bairro Rio Bran-

co, em Canoas. Por meio desse significativo espaço de trabalho da RMPA, buscou-se criar um espaço de enunciação das experiências de ex-trabalhadores, que poderão ser reapropriadas pela comunidade local.

As memórias dos lugares de produção, que em algumas ocasiões se mesclam com os discursos oficiais, técnicos e acadêmicos, muitas vezes não integram as dimensões qualitativas, ou seja, as experiências individuais e de grupos que trabalharam durante anos no setor industrial e têm muito para aportar à compreensão da dinâmica dos fenômenos de industrialização e metropolização da RMPA, mas, também, nas possibilidades de resignificação por meio de projetos de pesquisa e de extensão universitária que poderão estimular uma reativação patrimonial.

Regina Weber (2004), em um estudo de caso sobre a cidade de Cachoeirinha, apostou na relativização do espectro de “cidade-dormitório” e “cidade-industrial”, em prol da ideia de uma “cidade-operária”. A autora flexibilizou determinados estereótipos das cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre a partir das correspondências que essas cidades estabeleciam entre si, e não somente em relação à Capital. Nesses termos, questiona-se se podemos pensar em uma reelaboração da memória social da RMPA, pautada pelos estigmas citados, através do caso FRIGOSUL, por meio da iluminação de patrimônios industriais?

Conforme demonstrado, o fato de não existir uma readequação das estruturas industriais em desuso e de o Frigorífico ter sido implodido e descaracterizado a partir da absorção de parte dos edifícios por novas empresas, não limita as possibilidades de trabalho do local como patrimônio industrial. Quando se trata de um estabelecimento tão significativo para o bairro e para os mundos do trabalho na RMPA, posto que o frigorífico funcionou por mais de 50 anos, a provocação feita para narrar experiências relacionadas ao estabelecimento contribui para impedir o apagamento das memórias, ao mesmo tempo que se transformam as antigas estruturas fabris na RMPA sem deixar rastros ou gerar um conhecimento sobre elas. Enfim, conclui-se que é possível gerar um espaço de transmissão da experiência passada para as gerações futuras e que essa herança poderá chegar a ser realmente um patrimônio.

Referências

- ALONSO, José Antônio Fialho. Gênese e Institucionalização da Região Metropolitana de Porto Alegre. IN: **Textos para discussão FEE** n.º 29. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e Gestão, 2008.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BONDUKI, Nail; KOURY, Ana Paula. **Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana**. IN: Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR (XXII ENANPUR). Belém: ANPUR, 2007.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARTA de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. Moscú: [s.n.], 2003.
- CARRION, Otilia K. Mercado Imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua Região Metropolitana. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1989, p. 225-250.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, p. 3313-3333, jul./dez. 2003.

- FALCÃO, Jairo Luiz Fleck. **Fronterias entre o individual e o coletivo: trabalho, cultura e cooperação no Rio Grande do Sul (1970-1986)**. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ed. da USP, 1998.
- FEDOZZI, Luciano J.; SOARES, Paulo R. (org) **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/serie_ordemurbana_portoalegre.pdf Acesso: 12/08/2016.
- FERREIRA, Ma. Leticia M. R. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio** - vol.II, no 22 1 - jan/jun de 2009, p. 22-35. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23>
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan, 2009.
- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Ed. da USP, 2001.
- MARTINS, Clítia Helena B. Região Metropolitana de Porto Alegre: Dinâmica legal e institucional. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 2, p. 142-159, 1992.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. **Os alemães no Sul do Brasil – Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.
- MIRANDA, Adriana Eckert. **Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre (1935-1961)**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRGS, 2013.
- MONTEIRO, Charles. Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXX, Nº 2. pp. 89-104, 2004.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**, Paris: Ed. Gallimard, 1984.
- OREIRO, José Luís. FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.
- PENNA, Rejane Silva (coord.). **Rio Branco**. 2. ed. rev. Canoas: Ed. La Salle, 2004, (Canoas: para lembrar quem somos, 1).
- PESAVENTO, Sandra. **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- SOSA GONZÁLEZ, Ana María. Historias que hacen historia: inmigración y memoria en Frigorífico Anglo de Fray Bentos. **Revista Expressa Extensão**, Pelotas, v. 19, n. 1, p. 49-62, 2013.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: GERTZ, René (dir.); GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul: República - da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- SOUZA, Célia F. de; MÜLLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.
- TATSCH, Ana Lúcia. Impactos da crise do início dos anos 80 sobre o mercado de trabalho: um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**. FEE: Porto Alegre, Nov. 1990, p. 194-210.

UNESCO NOMINATION DOSSIER. **Cultural Industrial Landscape Fray Bentos**. Montevideo: Ed. Mosca Hnos, 2014.

VIEGAS, Danielle Heberle. **O planejamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/rs a partir da cooperação técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (1963-1978)**. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2016.

WEBER, Regina. A região metropolitana e as cidades-operárias. In: GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C.; NEUMANN, E.; KÜHN, F. (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.